

Análise das Interações da Audiência Pública da CRA sobre os Impactos da criação das Áreas de Proteção Ambiental do Paleocanal do Tocantins e do Bico do Papagaio – 10/09/2025 – Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **62 participações** dos cidadãos na audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) em 10/09/2025, sobre os "Impactos da criação das Áreas de Proteção Ambiental do Paleocanal do Tocantins e do Bico do Papagaio". O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, opiniões e sugestões expressas pelo público, visando auxiliar os Senadores na avaliação da proposta de criação das referidas APAs.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 62

Temas principais:

- 1. Impactos Socioeconômicos e Compensação (39%):** A principal preocupação dos cidadãos é o impacto direto da criação das APAs em suas vidas e na economia local. Há um forte temor de que as restrições ambientais prejudiquem atividades econômicas consolidadas, como a agricultura e a pecuária, sem a devida compensação financeira. Muitos questionam se as famílias afetadas serão resarcidas e expressam ceticismo, citando experiências passadas com grandes projetos na

região que, segundo eles, não trouxeram o desenvolvimento prometido e geraram problemas sociais e de saúde.

Exemplo: “*Quais os impactos econômicos e sociais da criação das APAs no cotidiano dos produtores rurais dos estados do Pará, Tocantins e Maranhão?*” (Raissa D., MT)

2. Implementação, Gestão e Fiscalização (20%): As participações demonstram uma necessidade de clareza sobre como as APAs funcionarão na prática. Os cidadãos querem entender quais serão os direitos e deveres dos produtores rurais e moradores, como os municípios serão financiados para implementar e fiscalizar as áreas, e quais critérios o ICMBio utiliza para definir os perímetros. Há também perguntas sobre o plano de manejo e como ele será construído para conciliar os diferentes interesses.

Exemplo: “*Quais seriam os direitos e deveres dos produtores rurais com a criação das Áreas de Proteção Ambiental?*” (Ana J., SP)

3. Desenvolvimento Sustentável e Alternativas Econômicas (15%): Parte dos cidadãos enxerga a criação das APAs como uma oportunidade para novos modelos de desenvolvimento. As perguntas e comentários neste tema focam no potencial do ecoturismo, no fomento a práticas agrícolas sustentáveis e no apoio a comunidades tradicionais e quilombolas. A busca é por um equilíbrio entre a conservação ambiental e a geração de renda que beneficie diretamente a população local.

Exemplo: “*Poderá ser feito turismo, comercial ou não, nessas APAs?*” (Diego W., RJ)

4. Participação Pública e Governança (14%): Um sentimento recorrente é a percepção de que as comunidades locais não foram adequadamente consultadas. Cidadãos relatam falta de informação e de participação efetiva nas discussões, sentindo-se excluídos de um

processo que afetará diretamente suas vidas. A demanda é por uma governança mais participativa, em que as populações tradicionais e os moradores locais tenham voz ativa na gestão das futuras APAs.

Exemplo: *“Eu, como morador de área afetada, não me sinto contemplado pelas reuniões realizadas sem a chamada pública.”* (Clesianu R., PA)

5. Proteção Ambiental e Conservação (12%): Há também um grupo de participantes que apoia firmemente a criação das APAs como um instrumento essencial para a proteção ambiental. Esses cidadãos destacam a urgência de preservar a biodiversidade, combater o desmatamento, a exploração ilegal de madeira e a mineração, e veem as unidades de conservação como uma forma de garantir a riqueza natural do Brasil para as futuras gerações.

Exemplo: *“Eu acho que deveríamos realmente proteger todo o ambiente do nosso Brasil, que está precisando urgente.”* (Carlos A., BA)

Conclusão

Em conclusão, a audiência pública revelou uma clara tensão em torno da criação das APAs, com um debate centralizado na dicotomia entre a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico das populações locais. As preocupações com os impactos econômicos diretos e a falta de uma consulta pública efetiva foram os temas mais recorrentes, refletindo o temor de que as restrições prejudiquem os modos de vida existentes. Por outro lado, surgiram posicionamentos favoráveis à proteção, desde que acompanhados de mecanismos de compensação e de alternativas de desenvolvimento sustentável, como o ecoturismo, para equilibrar a preservação da natureza com o bem-estar das comunidades.



Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=35526>.